



Câmara Municipal de Curitiba

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresas especializadas no fornecimento de smartphones com capa rígida e película protetora, adaptador de energia USB-C de 20W, tripé para celular e webcam profissional para a Câmara Municipal de Curitiba (CMC), nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Nº	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Smartphone	Smartphone iPhone 17 Pro de 512 GB. Marca exigida: Apple.	Unidade	CLASSE: 5805 PDM: 1243 CATMAT: 625691	02	R\$ 11.906,88	R\$ 23.813,76
2	Capa	Capa rígida em poliuretano (PU) de alta qualidade com revestimento aveludado no interior - compatível com a tecnologia MagSafe e com iPhone 17 Pro. Marca e Modelo de Referência: GShield (Gorila Shield) (similar, equivalente ou de melhor qualidade).	Unidade	CLASSE: 5805 PDM: 13528 CATMAT: 607430	02	R\$ 49,95	R\$ 99,90
3	Película	Películas frontal de nano gel (hydrogel), compatível com iPhone 17 Pro. Marca e Modelo de Referência: GShield (Gorila Shield) (similar, equivalente ou de melhor qualidade).	Unidade	CLASSE: 5805 PDM: 13528 CATMAT: 607429	02	R\$ 107,34	R\$ 214,68
4	Adaptador	Adaptador de energia USB-C de 20W. Marca exigida: Apple.	Unidade	CLASSE: 5805 PDM: 13528 CATMAT: 629269	01	R\$ 219,00	R\$ 219,00
5	Tripé	Tripé para celular/estabilizador dobrável, bluetooth com rastreamento de AI - cor preto, dimensões aproximadas: 88x44x360~1635 mm, rosca de 1/4". Marca e Modelo de Referência: modelo AC17 da marca Axnen (similar, equivalente ou de melhor qualidade).	Unidade	CLASSE: 5805 PDM: 13528 CATMAT: 602598	01	R\$ 479,00	R\$ 479,00
6	Webcam	Webcam profissional Logitech BRIO 4k. Marca e Modelo de Referência: modelo Brio 4K da marca Logitech (similar, equivalente ou de melhor qualidade).	Unidade	CLASSE: 7060 PDM: 14697 CATMAT: 240550	01	R\$1.310,63	R\$ 1.310,63
VALOR GLOBAL:							R\$ 26.136,97

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Instrução Normativa nº 01/2025.
- 1.3. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4. Nos termos do artigo 95 da Lei nº 14.133/2021, o Termo de Contrato será substituído pela Nota de Empenho.



Câmara Municipal de Curitiba

- 1.5. O prazo de vigência da contratação será de **03 (três) meses**, sendo o suficiente para a finalização do objeto contratado a partir do envio da Autorização de Fornecimento, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.6. A entrega do objeto desta contratação se dará em parcela única.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A aquisição de smartphones da marca Apple, modelo iPhone 17 Pro, com capa rígida e película protetora, adaptador de energia, bem como de tripé para celular e webcam profissional, mostra-se indispensável para atender às demandas da comunicação institucional da CMC, especialmente no que se refere à produção de conteúdo audiovisual destinado às redes sociais.
- 2.2. Inicialmente, destaca-se que a padronização da produção de conteúdo exige a utilização dos dois principais sistemas operacionais disponíveis no mercado — Android e iOS — de modo a garantir compatibilidade, qualidade e eficiência nos testes e nas publicações. Considerando que a Divisão Multiplataforma já dispõe de equipamento com sistema Android, torna-se necessário, como complemento, a aquisição de dispositivo com sistema operacional iOS.
- 2.3. Outro aspecto relevante é o desempenho superior do iPhone na plataforma Instagram, rede social que atualmente concentra os maiores índices de engajamento do público. Essa vantagem decorre da integração avançada entre hardware e software dos dispositivos Apple e a própria plataforma, o que proporciona maior precisão no equilíbrio de cores e funcionamento mais otimizado. Tal característica assegura maior qualidade e estabilidade na produção de conteúdos institucionais, especialmente em formatos audiovisuais como stories, transmissões ao vivo e registros de eventos legislativos. Ademais, diante do crescimento das demandas da comunicação institucional da CMC — sobretudo no que diz respeito à produção de conteúdos audiovisuais de qualidade, à cobertura de eventos oficiais e ao registro do processo legislativo para ampla divulgação nas redes sociais —, evidencia-se a necessidade de aquisição de equipamento compatível com essas exigências.
- 2.4. Para a plena utilização e proteção dos smartphones é prudente a aquisição de capas rígidas, películas protetoras e adaptador de energia USB-C de 20W.
- 2.5. A aquisição de tripé para celular mostra-se necessária para assegurar maior estabilidade e qualidade técnica na captação de imagens e vídeos produzidos pela Divisão Multiplataforma. O equipamento possibilita a realização de gravações com enquadramento adequado e sem tremores, condição essencial para transmissões ao vivo, gravação de entrevistas, produção de conteúdos para redes sociais e cobertura de eventos institucionais. Além disso, o uso do tripé contribui para a padronização da produção audiovisual, permitindo posicionamento fixo e seguro do dispositivo durante as gravações, o que favorece a qualidade estética do material produzido e a eficiência na execução das atividades de comunicação institucional. A webcam é necessária para substituição de equipamento defeituoso utilizado no estúdio da DCS para gravação dos podcasts.
- 2.6. Atualmente, além dos episódios produzidos pela CMC, o estúdio é compartilhado com a Assembleia Legislativa do Paraná, em virtude de convênio firmado com o órgão. São gravados no mínimo 4 episódios por semana. Dessa forma, a reposição do equipamento é urgente.
- 2.7. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026 (seq. 123 - Pág. 20/21)¹.
- 2.8. Observa-se que a contratação em estudo encontra-se alinhada com o Objetivo III do Planejamento Estratégico 2022-2031 deste Legislativo, que pretende fortalecer o processo de comunicação interna e externa da CMC.²

¹ Câmara Municipal de Curitiba. Plano de Contratações Anual. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/transparencia/plano-de-contratacoes-anual>

² Câmara Municipal de Curitiba. Planejamento Estratégico. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/institucional/planejamento-estrategico>



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A comunicação pública, especialmente no âmbito das instituições do Poder Legislativo, passou a exigir instrumentos eficientes para a difusão de informações de interesse coletivo, o fortalecimento da transparência e o incentivo à participação cidadã. Nesse cenário, a atuação da Diretoria de Comunicação Social (DCS) compreende, entre outras competências, a produção de conteúdos audiovisuais, a realização de transmissões ao vivo, entrevistas, cobertura jornalística de eventos e publicações em redes sociais, atividades que demandam equipamentos de elevado desempenho e confiabilidade técnica.
- 3.2. A presente aquisição contempla smartphone da marca Apple, modelo iPhone 17 Pro, tripé para celular e webcam profissional, equipamentos destinados ao atendimento das demandas da DCS, especialmente no que se refere à produção de conteúdo audiovisual institucional, divulgação de informações nas redes sociais e gravação de podcasts.
- 3.3. No que se refere ao smartphone, destaca-se que a padronização da produção de conteúdo digital exige a utilização dos dois principais sistemas operacionais disponíveis no mercado — Android e iOS — a fim de assegurar compatibilidade, qualidade e eficiência nos testes e publicações em diferentes plataformas. Considerando que a Divisão Multiplataforma já dispõe de equipamento com sistema Android, torna-se necessário complementar a estrutura com dispositivo que utilize o sistema operacional iOS. Ademais, o desempenho superior dos dispositivos da Apple na plataforma Instagram, atualmente a rede social com maior engajamento do público, contribui para melhor integração entre hardware e software, proporcionando maior precisão no equilíbrio de cores e funcionamento otimizado, o que resulta em melhor qualidade e estabilidade na produção de conteúdos institucionais, especialmente em formatos como stories, transmissões ao vivo e cobertura de eventos legislativos. Portanto, a escolha do smartphone deve atender não apenas a critérios de desempenho tecnológico, mas também à padronização, à eficiência e à longevidade, de forma a garantir o uso racional dos recursos públicos e a efetividade da estratégia de comunicação da Casa.
- 3.4. Nesse contexto, o iPhone 17 Pro apresenta-se como o equipamento mínimo necessário para suprir as necessidades da DCS, cujas atribuições envolvem a produção e gestão de conteúdos digitais, entrevistas, depoimentos, transmissões ao vivo e cobertura audiovisual do processo legislativo. O modelo reúne um conjunto de características técnicas avançadas que se alinham diretamente com tais demandas. Destaca-se o sistema de câmeras profissionais, equivalente a oito lentes, incluindo câmera principal de 48 MP com novo padrão de captura em 24 MP, que proporciona imagens de alta qualidade em arquivos de tamanho adequado para rápida circulação em redes sociais e portais institucionais. A lente teleobjetiva exclusiva oferece zoom óptico de 8x com qualidade óptica e distância focal equivalente a 200 mm, oferecendo alcance total de zoom de 16x, recurso imprescindível em eventos e coletivas, permitindo o enquadramento preciso de pessoas e detalhes à distância, sem perda de nitidez. A estabilização óptica com design tetra prisma assegura, por sua vez, a obtenção de gravações estáveis mesmo em situações de movimento. Outro diferencial relevante é o chip A19 Pro, de desempenho profissional, que possibilita a edição de vídeos em alta resolução diretamente no aparelho, reduzindo a dependência de equipamentos externos em situações que demandam agilidade. O suporte a recursos de inteligência artificial contribui ainda para a realização de correções automáticas de imagem e texto, otimizando o fluxo de trabalho das áreas de comunicação.
- 3.5. No tocante à capacidade de armazenamento, o modelo com 512 GB é indispensável diante da elevada produção audiovisual da diretoria envolvida. A memória robusta garante espaço suficiente para vídeos em 4K, fotografias em 48 MP e materiais compartilhados em plataformas de mensagens ou nuvem, sem limitações que possam comprometer a eficiência operacional.
- 3.6. A robustez estrutural do equipamento, fabricado em alumínio forjado a quente, assegura durabilidade e vida útil prolongada, garantindo operação em alto desempenho por, no mínimo,



três anos, em conformidade com o ciclo de vida esperado para bens dessa natureza. Soma-se a isso a versatilidade do dispositivo, que, com câmeras frontal e traseira de qualidade profissional, permite gravações de entrevistas com uso de microfone externo e transmissões ao vivo diretamente pelas redes sociais institucionais.

- 3.7. A aquisição de capas rígidas, películas de nanogel e adaptador de energia USB-C de 20W justifica-se pela necessidade de assegurar o adequado funcionamento, a proteção e a durabilidade do smartphone destinado às atividades da DCS. As capas rígidas e as películas de nanogel têm a finalidade de proteger o equipamento contra impactos, arranhões e outros danos decorrentes do uso frequente em atividades externas, como cobertura de eventos institucionais, gravações, transmissões ao vivo e produção de conteúdos para redes sociais.
- 3.8. Considerando que o equipamento será utilizado de forma intensiva pela equipe da Divisão Multiplataforma, tais acessórios contribuem para preservar a integridade física do dispositivo, reduzindo riscos de avarias e, conseqüentemente, evitando custos adicionais com manutenção ou substituição do aparelho.
- 3.9. Já o adaptador de energia USB-C de 20W é necessário para possibilitar o carregamento adequado do smartphone, garantindo seu pleno funcionamento durante as atividades da equipe de comunicação. Trata-se de acessório compatível com as especificações do equipamento a ser adquirido, permitindo carregamento eficiente e seguro, condição essencial para assegurar a disponibilidade do dispositivo nas rotinas de produção audiovisual e cobertura das atividades institucionais.
- 3.10. Desse modo, a aquisição desses acessórios complementares mostra-se necessária para garantir a adequada utilização do equipamento, preservar seu estado de conservação e assegurar a continuidade das atividades de comunicação institucional desenvolvidas pela CMC.
- 3.11. A aquisição de tripé para celular, por sua vez, mostra-se necessária para assegurar maior estabilidade e qualidade técnica na captação de imagens e vídeos produzidos pela equipe de comunicação. O equipamento permite o posicionamento fixo e seguro do dispositivo durante gravações, transmissões ao vivo, entrevistas e cobertura de atividades institucionais, evitando tremores e oscilações que possam comprometer o resultado final do material audiovisual. Dessa forma, o tripé contribui para a padronização das produções e para o aprimoramento da qualidade dos conteúdos divulgados pela instituição.
- 3.12. Por fim, a aquisição de webcam profissional destina-se à reposição de equipamento atualmente defeituoso utilizado no estúdio da DCS para gravação de podcasts. Ressalta-se que o estúdio é utilizado tanto para a produção de conteúdos da CMC quanto pela Assembleia Legislativa do Paraná, em razão de convênio firmado entre as instituições para compartilhamento da estrutura.
- 3.13. Atualmente, são gravados no mínimo quatro episódios semanais, o que evidencia a elevada demanda de utilização do espaço e dos equipamentos disponíveis. Nesse contexto, a reposição da webcam mostra-se urgente para garantir a continuidade das gravações e o adequado funcionamento das atividades de produção audiovisual desenvolvidas no estúdio.
- 3.14. Dessa forma, a aquisição dos referidos equipamentos mostra-se necessária para assegurar a continuidade e a qualidade das atividades de comunicação institucional da CMC, contribuindo para o fortalecimento da transparência, da divulgação das ações legislativas e do relacionamento com a sociedade por meio das plataformas digitais.
- 3.15. Portanto, a solução proposta consiste na contratação de empresas especializadas no fornecimento dos seguintes itens demandados:
 - 3.15.1. 02 unidades de smartphones iPhone 17 Pro, 512 GB
 - 3.15.2. 02 unidades de capas rígidas em poliuretano (PU) de alta qualidade com revestimento aveludado no interior - compatível com a tecnologia MagSafe e com iPhone 17 Pro;
 - 3.15.3. 02 unidades de películas frontais de nano gel (hydrogel), compatível com iPhone 17 Pro;
 - 3.15.4. 01 unidade de adaptador de energia USB-C de 20W Apple;



Câmara Municipal de Curitiba

- 3.15.5. 01 unidade de tripé para celular/estabilizador dobrável, bluetooth com rastreamento de AI - cor preto, dimensões aproximadas: 88x44x360~1635mm, rosca de 1/4";
- 3.15.6. 01 unidade de webcam profissional Logitech BRIO 4k.

4. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- 4.1. A Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), em seu Art. 40, inciso V, "b", traz que:

"Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte: (...) V - atendimento aos princípios: (...) b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso; (...)"

- 4.2. Para a presente contratação, vislumbra-se o parcelamento do objeto em questão em itens, pois não se verifica quaisquer especificidades que venham a exigir o seu agrupamento.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. GERAIS

- 5.1.1. Todos os itens deverão ser entregues em embalagem original de fábrica, lacrada, com manuais de instrução em português, termos de garantia e, quando aplicável, relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 5.1.2. Não será aceita a entrega de produtos genéricos, recondicionados ou incompatíveis com as especificações estabelecidas.

5.2. MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO (quando aplicável ao item)

- 5.2.1. A contratada deverá assegurar que os produtos fornecidos tenham cobertura de suporte técnico e manutenção conforme previsto na garantia do fabricante, devendo garantir:
 - 5.2.1.1. Rede de assistência técnica autorizada no território nacional;
 - 5.2.1.2. Atendimento presencial ou remoto, conforme padrão do fabricante;
 - 5.2.1.3. Substituição de unidades defeituosas dentro do prazo de garantia, sem ônus adicional para a Administração;
 - 5.2.1.4. Suporte técnico para esclarecimentos relacionados à funcionalidade ou problemas operacionais dos equipamentos, quando solicitado.

5.3. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (quando aplicável ao item)

- 5.3.1. O(s) bem(ns) adquirido(s) deverá(ão) possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo pela CMC. Durante o período de garantia, a contratada deverá:
 - 5.3.1.1. Substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, qualquer item que apresentar defeito de fabricação ou vício oculto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação formal emitida pela fiscalização;
 - 5.3.1.2. Garantir que as unidades substituídas tenham novo prazo de garantia, contado a partir da data de entrega da substituição;
 - 5.3.1.3. Prestar esclarecimentos técnicos e realizar atendimentos sempre que solicitado pela fiscalização, sem custos adicionais. A assistência técnica poderá ser prestada pela própria contratada ou por rede autorizada do fabricante.
- 5.3.2. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser acompanhados de:
 - 5.3.2.1. Manuais de operação e configuração em língua portuguesa, impressos ou digitais, contendo instruções claras e detalhadas sobre uso, funções e subcontratação;
 - 5.3.2.2. É vedado à contratada subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em



Câmara Municipal de Curitiba

parte, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa autorização da Contratante.

5.4. SUSTENTABILIDADE

- 5.4.1. É de responsabilidade total da Contratada o cumprimento das normas ambientais em vigor atinentes à aquisição pretendida, associadas à poluição ambiental, economia de recursos e destinação de resíduos.
- 5.4.2. Além dos critérios de sustentabilidade/impacto ambiental eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, conforme a Lei nº 14.133/21:
 - 5.4.2.1. A empresa Contratada deve utilizar práticas e materiais sustentáveis sempre que possível, adotando medidas para promover eficiência energética, uso responsável dos recursos naturais e redução do impacto ambiental;
 - 5.4.2.2. A empresa Contratada deve se atentar com o correto descarte de materiais e resíduos;
 - 5.4.2.3. Serão priorizados materiais e tecnologias sustentáveis, com baixo consumo de energia, baixa emissão de gases poluentes, menor impacto ambiental durante a produção e descarte;
 - 5.4.2.4. Será dada ênfase à utilização de materiais reciclados, recicláveis ou provenientes de fontes renováveis, promovendo a economia circular e reduzindo a geração de resíduos;
 - 5.4.2.5. Deverão ser adotadas práticas de gestão de resíduos eficientes, incluindo a separação, reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados durante o serviço;
 - 5.4.2.6. Será incentivada a eficiência no uso da água, por meio da adoção de sistemas de captação de água da chuva, reutilização de água e equipamentos que promovam o uso racional da água;
 - 5.4.2.7. Será incentivada a utilização de energias renováveis.

5.5. INDICAÇÃO DE MARCA

- 5.5.1. A indicação de marcas e modelos de referência conforme apresentado nas especificações mínimas dos itens 2, 3, 4 e 6, na tabela do item 1.1, servem para auxílio no entendimento do objeto a ser adquirido.
- 5.5.2. Para os smartphones e adaptadores de energia exige-se a marca Apple, conforme justificativas expostas nos tópicos 2 e 3 deste Termo.
- 5.5.3. Para as películas de proteção e capa rígida sugere-se a marca de referência GShield (Gorila Shield), podendo ser de marca similar, equivalente ou de melhor qualidade.
- 5.5.4. Para o tripé para celular constitui-se como marca e modelo de referência AC17 da marca de referência Axnen, podendo ser de marca similar, equivalente ou de melhor qualidade.
- 5.5.5. A webcam profissional a ser substituída é do modelo de referência Brio 4K da marca de referência Logitech, podendo ser de marca similar, equivalente ou de melhor qualidade.
- 5.5.6. O Tribunal de Contas da União admite a indicação da marca quando restar tecnicamente comprovado que a alternativa adotada é a mais vantajosa e que atende às necessidades dos órgãos ou entidades (Acórdãos 2300/2007- P; 88/2008 -P).
- 5.5.7. Apesar da indicação da marca, a competitividade do certame não resta prejudicada, uma vez que no mercado local e nacional existem vários fornecedores do produto



Câmara Municipal de Curitiba

capazes de participar da iminente disputa.

5.6. EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

5.6.1. Não haverá exigência de amostra.

5.7. SUBCONTRATAÇÃO

5.7.1. É vedado à Contratada subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do presente Termo.

5.8. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

5.8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pois trata-se de contratação de baixa complexidade técnica.

5.9. VISTORIA TÉCNICA

5.9.1. Não há necessidade de realização de vistoria técnica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1.1. Após a emissão da Nota de Empenho, a Contratante enviará à Contratada, via correio eletrônico (e-mail), solicitação de entrega do(s) item(ns) em **parcela única**, através de Comunicado de Autorização de Fornecimento.

6.1.2. A Contratada terá o prazo de **15 (quinze) dias úteis** para a entrega do(s) item(ns) demandado(s) pela fiscalização, contados do envio do Comunicado de Autorização de Fornecimento.

6.1.3. O(s) item(ns) será(ão) **recebido(s) provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal, pela fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.1.4. O(s) item(ns) poderá(ão) ser rejeitado(s), no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da notificação à Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.5. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.1.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências deste Termo.

6.1.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.1.8. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da Nota Fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.1.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do(s) item(ns) nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto.

6.1.10. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do(s) item(ns) correrão por conta da Contratada e são condição para o recebimento do objeto.



- 6.1.11. Não será(ão) aceito(s) produto(s) sem Nota Fiscal, recibo ou outro comprovante de entrega.
- 6.1.12. O(s) item(ns) deverá(ão) ser entregue(s) em embalagens que conservem suas características originais (sem violações), e identificados com etiquetas que indiquem o nome e a quantidade do produto em cada embalagem.
- 6.1.13. A Contratada deverá possuir equipamentos necessários para o descarregamento do(s) item(ns), caso necessário, e manter seus funcionários identificados para acesso às dependências da CMC.
- 6.1.14. A Contratada não deverá efetuar ou permitir o fornecimento de qualquer produto ou quantidade que não esteja estipulado no Comunicado de Autorização de Fornecimento, sob pena de aplicação de penalidade cabível.
- 6.1.15. O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do objeto, mediante aceitação do(s) item(ns) pela Contratante.

6.2. GARANTIA DO OBJETO

- 6.2.1. O prazo de garantia do presente objeto, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, a contar do Recebimento Definitivo do objeto, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo e integral do objeto, em se tratando de defeitos ou vícios aparentes, ou de fácil constatação ou da data em que ficaram evidenciados os defeitos ou vícios ocultos.
- 6.2.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta seção, a empresa deverá complementar a garantia do(s) item(ns) ofertado(s) pelo período restante.
- 6.2.3. A garantia será prestada com vistas a manter o(s) item(ns) fornecido(s) em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Contratante.
- 6.2.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva do(s) item(ns) pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
 - 6.2.4.1. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelo(s) item(ns), compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 6.2.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 6.2.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição do(s) item(ns) que apresentar(em) vício ou defeito no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo da Contratada.
 - 6.2.6.1. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pela Contratante.
 - 6.2.6.2. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 6.2.7. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação da Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica a Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o



Câmara Municipal de Curitiba

reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia do(s) item(ns).

- 6.2.8. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

6.3. LOCAL E HORÁRIO DO OBJETO

- 6.3.1. O(s) item(ns) deverá(ão) ser entregue(s) no Setor de Patrimônio da CMC, em perfeitas condições, livres de avarias e em conformidade com as especificações deste Termo, no endereço **Rua Barão do Rio Branco, nº 693, Centro, CEP 80.010-180 – Curitiba/PR (ANEXO III)**, conforme agendamento pelos telefones **(41) 3350-4803, (41) 3350-4804 e (41) 3350-4873** ou pelo e-mail patrimonio@cmc.pr.gov.br, acompanhada por servidor da Seção Administrativa da Diretoria de Comunicação Social, o qual procederá com a verificação da conformidade do(s) item(ns) e especificações técnicas.
- 6.3.1.1. O agendamento deve ser realizado em até 02 (dois) dias úteis anterior à realização da entrega.
- 6.3.1.2. A entrega dos itens deverá ocorrer em dias úteis, das 09h00 às 12h00 ou das 14h00 às 17h00.
- 6.3.1.3. O frete é de responsabilidade da Contratada.

6.4. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

- 6.4.1. Por não se tratar das hipóteses de obrigatoriedade do art. 22 da Lei nº 14.133/2021, entende-se que a menor complexidade do objeto enseja a prescindibilidade da matriz de riscos e a aplicação de instrumento de medição de resultado.

7. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. O objeto deve ser entregue em parcela única, com base no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, como fundamento e parte apenas de créditos do exercício corrente, salvo se inscritos no Plano Plurianual.
- 7.2. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, os quais poderão determinar à Contratada a adoção de providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento da contratação.
- 7.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução da contratação consistem na verificação da conformidade da execução do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, podendo ser exercido por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.4. O objeto será recebido após a verificação de sua qualidade e adequação, em conformidade com a proposta da Contratada, com a consequente aceitação mediante Atesto de Recebimento.
- 7.5. O fiscal da contratação somente atestará o recebimento do objeto que for executado com estrito atendimento às condições expressas neste Termo de Referência, reservando-se ao direito de rejeitá-lo se em desacordo com os termos deste Instrumento.
- 7.6. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.
- 7.7. A fiscalização será exercida no interesse da CMC e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- 7.8. As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal serão solicitadas à autoridade competente da Contratante para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.9. A ação ou omissão da Contratante no acompanhamento e fiscalização não exime a Contratada de sua total e exclusiva responsabilidade sobre os serviços oferecidos, o cumprimento dos prazos e quaisquer outras obrigações contratuais ou legais.



7.10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas presentes neste Termo de Referência e os termos de sua proposta.
- 7.10.2. Viabilizar, por todos os meios ao seu alcance, para que a Contratada possa executar o objeto, fornecendo a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação por escrito da Contratada, informações adicionais para dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.
- 7.10.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 7.10.4. Verificar se, durante a vigência da contratação, estão sendo mantidas todas as exigências, condições de habilitação e qualificação contratadas.
- 7.10.5. Atestar a efetiva execução do objeto, bem como a sua qualidade.
- 7.10.6. Rejeitar os itens que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações técnicas.
- 7.10.7. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais falhas na execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.
- 7.10.8. Assegurar o livre acesso aos funcionários da Contratada, desde que eles estejam devidamente credenciados e obedeçam as normas e regulamentos da Contratante.
- 7.10.9. Durante a execução do objeto contratual, reserva-se à Contratante a autonomia para resolver, dirimir e decidir todos e quaisquer casos ou dúvidas que venham a surgir e/ou fugir da rotina, ou que não tenham sido previstos no respectivo Edital e seus Anexos.
- 7.10.10. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente termo de contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 7.10.11. Efetuar o pagamento pela execução do objeto, na forma convencionada no presente instrumento, desde que atendidas as formalidades previstas.

7.11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.11.1. Garantir a melhor qualidade dos produtos, atendidas as especificações previstas neste Termo de Referência e normas técnicas de produção para cada caso, quando cabível, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto.
- 7.11.2. Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos até as dependências da Contratante, como também pelas despesas inerentes a eles.
- 7.11.3. Arcar com eventuais prejuízos causados dentro das instalações da CMC por seus empregados durante a entrega dos itens.
- 7.11.4. Disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes.
- 7.11.5. Acatar às recomendações da fiscalização da CMC, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitados.
- 7.11.6. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários.
- 7.11.7. Responsabilizar-se pelos atos de seus empregados e danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente objeto, arcando com toda e qualquer indenização proveniente de suas ações ou omissões.
- 7.11.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes no fornecimento do objeto, de acordo com os arts. 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no



8.078, de 11 de setembro de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

- 7.11.9. Assumir integral e exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste instrumento, como taxas, fretes ou impostos.
- 7.11.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 7.11.11. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução da contratação, documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas.
- 7.11.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas ambientais vigentes atinentes à aquisição pretendida, associadas à poluição ambiental e destinação de resíduos.
- 7.11.13. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer do fornecimento, bem como prestar, prontamente, os esclarecimentos que lhe forem solicitados.
- 7.11.14. A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores.
- 7.11.15. Acatar e cumprir as normas internas da Administração.

7.12. SANÇÕES

- 7.12.1. As empresas participantes e a Contratada estarão sujeitas às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, resguardado o direito à ampla defesa, contraditório e devido processo legal.
- 7.12.2. A multa moratória será de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado, sobre o valor da obrigação inadimplida, limitada a 30 (trinta) dias.
- 7.12.3. Após 30 dias de mora será considerado inexecutado o contrato, sendo aplicada a multa compensatória no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.
- 7.12.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo e na Lei nº 14.133/2021 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

8. LIQUIDAÇÃO E PRAZO DE PAGAMENTO

- 8.1. A Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser encaminhada ao respectivo Fiscal para providências de liquidação após a execução do serviço ou entrega do objeto.
- 8.2. Para fins de liquidação, a Nota Fiscal ou Fatura apresentada deverá conter os seguintes elementos:
 - 8.2.1. A data da emissão;
 - 8.2.2. Os dados do contrato e do órgão Contratante;
 - 8.2.3. Descrição clara e individualizada do objeto;
 - 8.2.4. O período de execução, no caso de serviço contínuo;
 - 8.2.5. O valor a pagar; e
 - 8.2.6. Eventual destaque de retenções tributárias cabíveis.
- 8.3. Havendo inconsistência na Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente a liquidação ficará suspensa até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo para pagamento, sem ônus à Contratante;
- 8.4. O pagamento da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente ocorrerá em até 30 dias corridos, contados da sua apresentação.



- 8.5. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 e quando os credores sejam microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa dentro dos limites do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, o prazo será reduzido pela metade.
- 8.6. O pagamento da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente ficará condicionado à manutenção das condições de habilitação da Contratada.
- 8.7. Verificada, pelo Fiscal a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- 8.8. Não havendo regularização, o contrato será passível de rescisão, sem prejuízo de aplicação de eventuais sanções.
- 8.9. Na hipótese de estado de calamidade, caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.
- 8.10. Na hipótese de atraso no pagamento, por prazo superior a 30 dias, por culpa exclusiva da Contratante, sobre o valor da Nota Fiscal incidirá correção monetária baseada na média aritmética simples do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), proporcional aos dias em atraso.

8.11. FORMA DE PAGAMENTO

- 8.11.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.11.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.11.3. Na ocasião do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.11.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, fundamentando-se no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO**.

10. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 10.1. Para fins de habilitação, deverá a empresa participante comprovar os seguintes requisitos:

10.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 10.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 10.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



Câmara Municipal de Curitiba

- 10.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 10.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 10.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.
- 10.1.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 10.1.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 10.1.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 10.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- 10.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 10.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 10.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



Câmara Municipal de Curitiba

- 10.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 10.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 10.1.2.7. Caso a empresa seja considerada isenta dos tributos (municipais e estaduais) relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.1.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 10.1.2.9. A prova de regularidade fiscal alcança a matriz e as filiais de uma pessoa jurídica, conforme entendimento esposado pela 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (EAREsp 2.025.237).

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 11.1. O valor máximo estimado para esta contratação é de **R\$ 26.136,97 (vinte e seis mil, cento e trinta e seis reais e noventa e sete centavos)**, conforme cotação realizada pela Divisão de Instrução Processual - Diretoria de Contratações.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da CMC.

Curitiba, 24 de março de 2026.

GIOVANA LOPES HUNZICKER

Divisão de Instrução Processual

FRANCIELLI FONSECA FORNAROLLI

Divisão de Instrução Processual

DIEGO FAGUNDES MARTINS

Diretoria de Contratações

CAROLINE HILMAN

Seção Administrativa da Diretoria
de Comunicação Social

DIOGO DREYER DA SILVA

Diretoria de Comunicação Social